

Por Antonio Penteado Mendonça



A tragédia do litoral norte paulista poderia ser atenuada se o Brasil fosse um país com mais penetração de seguro no corpo da sociedade. Infelizmente, a contratação de seguros per capita não nos coloca numa posição de destaque entre as nações do mundo que melhor se protegem contra os eventos de todas as naturezas que podem lhes causar prejuízos.

As razões para isso são variadas, mas começam com o estágio de desenvolvimento econômico-social da nossa população. Um país com metade da população ganhando até um salário-mínimo não pode ter um setor de seguros desenvolvido. Não há recursos para contratar as apólices. Outras despesas são prioritárias e consomem todo o dinheiro, mal e mal satisfazendo necessidades essenciais, como alimentação, vestuário e moradia.

Na mesma linha, o baixo nível de escolaridade também é um obstáculo para contratar seguros. Grande parte da população não entende o que diz o contrato e, como não sabe o que está contratando, prefere não contratar.

Finalmente, com relação aos riscos físicos, a grande maioria dos imóveis da região são imóveis clandestinos, sem autorização para serem construídos e localizados em áreas de alto risco, o que faz com que as seguradoras fujam deles. Então, se um morador de um desses imóveis, excepcionalmente, desejasse contratar um seguro para garantir seu patrimônio, ele simplesmente não encontraria o produto para sua proteção.

Dito isso, fica evidente que a imensa maioria dos imóveis atingidos pelos deslizamentos e danos causados pela água e pela lama não tem nenhum tipo de seguro para indenizar os danos eventualmente sofridos. E o dado crítico é que esses imóveis são, grosso modo, as moradias das pessoas mais pobres, as que não têm recursos para reconstruir suas habitações e que, por isso, ficam na dependência do governo efetivamente cumprir as promessas feitas após a tragédia.

Quanto aos imóveis de veraneio, pousadas, hotéis e outros no gênero, provavelmente, a maioria também não será indenizada. Apesar de existir cobertura para os danos causados pelas chuvas, em primeiro lugar, um grande número deles não tem seguro e, em segundo, os que estão segurados, nem sempre têm cobertura para riscos como deslizamento, desmoronamento ou danos causados pela água.

Já com relação aos danos sofridos pelos veículos atingidos pela destruição que varreu o litoral norte, uma parte importante será indenizada pelas seguradoras. O seguro compreensivo de veículos, que é a cobertura mais comum, cobre esses danos, então as seguradoras pagarão as indenizações, levando em conta se se trata de perda parcial ou perda total para quantificar os valores a serem pagos.

Para finalizar, o desenho deixa claro que não há muito a ser feito com relação a seguros no curto

prazo. Os imóveis localizados nas zonas de risco não serão segurados e, até que o governo implante políticas para mudar essa realidade, seus moradores seguirão correndo o risco sem qualquer proteção.

Fonte: [SindSeg_SP](#), em 24.02.2023.